



O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXII • março / abril 2013 • Nº 83



REFORÇAR A ANS



DEFENDER PORTUGAL

Comemorações do 31 de Janeiro

- Págs. 8, 9, 10 e 11

Encontro de Militares em Almada

- Pág. 16

**Novos Corpos Sociais
da ANS tomaram posse**

Pág. 3

**Promoções: A gestão
das expetativas**

Pág. 6

**Estudo sobre remunerações
serviu para manipular**

Pág. 12



**NO DIA 25 DE ABRIL VAMOS DESFILAR
NA AVENIDA DA LIBERDADE!
EM DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR
E DOS DIREITOS DA FAMÍLIA MILITAR!**

Concentração às 14H45 junto ao edifício do DN

“SE TIVER QUE SER, POIS QUE SEJA AGORA!”

A sétima avaliação da “Troika” tornou claro o que a maioria dos portugueses suspeitava – a política neoliberal da austeridade custe o que custar, não resolve nenhum dos problemas com que o país se debate, antes sim agrava-os a todos, empobrecendo o país e os portugueses, conduzindo-os para o desastre económico e social.

Ficámos a saber: que o défice se situou nos 6,6% do PIB, bem longe dos 5% que o governo dizia pretender atingir; que a dívida externa ultrapassou os 123% do PIB, continuando a crescer, sabe-se lá até onde, fazendo crescer o serviço da dívida apesar da queda dos juros; que o desemprego atingirá no final do ano um valor superior a 19% da população activa (1 300 000 não considerando os portugueses que emigraram, nem os que deixaram de estar inscritos nos centros de emprego, por razões várias).

De avaliação em avaliação a situação económica e social tem vindo a agravar-se. Todos os indicadores demonstram esta realidade, incluindo o indicador das exportações, que no último ano tem vindo a desacelerar, fruto das políticas de austeridade seguidas em todos os países da EU, como se de uma mancha de crude espalhada no oceano se tratasse.

Vítor Gaspar, defensor e zeloso executor destas políticas, perante tão evidente descalabro, vem agora dizer que o memorando da “Troika” foi mal desenhado, ou seja, levou dois anos a transformar aquilo que antes dizia ser uma obra de arte, num autêntico gatafunho. O desenho não tinha a sua assinatura, por isso critica-o para continuar a defender o desastre da sua política ideológica.

O primeiro-ministro, logo de seguida, vem dizer que não se trata de um desenho errado mas sim de um problema de “calibração”, de pressupostos de partida errados, nomeadamente o valor do défice – 8,2% do PIB em vez dos 5,6% que serviram de base ao plano de reajustamento do memorando.

Tomando como verdade esta afirmação de Passos Coelho, durante os dois anos de aplicação do memorando, o défice passou de 8,2% para 6,4%. Uma simples conta permite-nos concluir ter havido uma redução de 1,8% no défice. Esta redução custou ao país e aos portugueses a destruição de mais de 500 000 posto de trabalho, a falência de milhares de empresas,

o empobrecimento da generalidade das famílias, a perda de direitos dos cidadãos, a venda das melhores empresas portuguesas ao capital estrangeiro, o empobrecimento do país, o desmantelamento das Forças Armadas, a hipoteca da nossa soberania.

Se com tudo isto, com todo este descalabro, o défice apenas reduziu 1,8%, como será possível até 2015 situá-lo nos 2,5% (fazendo uma redução de 4,1%)? Claro que não é possível! A não ser que nos matem à fome...

Perante este desastre social e económico provocado pela aplicação do memorando da “Troika”, perante o fracasso destas políticas, veio o senhor Selassié mostrar a sua cínica estupefação perante os valores que o desemprego e a recessão atingiram, e como tal a solução é reduzir a despesa, não em 4 000 milhões, como impunha anteriormente, mas em 5 600 milhões. A política de austeridade fracassa e em vez de corrigir o rumo, o senhor Selassié impõe o seu aprofundamento. Tal como o condutor que segue para o abismo, em vez de travar o carro para poder inverter a sua marcha, acelera-o.

Os portugueses têm vindo a expressar o seu sentimento nas ruas deste país, incluindo as diversas manifestações dos cidadãos militares, exigindo uma mudança de política, dizendo basta de empobrecimento, afirmando que não suportam mais austeridade, que têm direito a um futuro melhor, tornando claro que o actual governo não faz parte da solução, é antes sim o problema.

Perante a exigência popular, os beneficiários da crise começam a “sair do armário”, com críticas mais ou menos veladas ao governo e ao ministro Gaspar, adiantando hipotéticas soluções, todas elas com um denominador comum: a defesa das políticas neoliberais e que o pior que poderia acontecer seria dar a voz ao povo português através de eleições. Segundo estes beneficiários isto seria acrescentar crise à crise. E então em 2015, num quadro económico e social ainda mais degradado, suspendem-se as eleições para não agravar a crise? Já houve quem propusesse a suspensão da democracia. É isso que querem? Os portugueses não permitirão!

Porém, como diz uma recente canção: “se tiver que ser, pois que seja agora”! ▲



"E então em 2015, num quadro económico e social ainda mais degradado, suspendem-se as eleições para não agravar a crise?"

Dirigentes associativos na manifestação 'que se lixe a tróiKa', de 2 de março

REFORÇAR A ANS, DEFENDER PORTUGAL!

Novos Corpos Sociais da ANS tomaram posse

Foi sob o lema que dá título a este texto que a Lista A se apresentou aos sócios da ANS para o desempenho de funções no biénio 2013/2014. Esta lista viria a ser eleita no escrutínio realizado no dia 2 de fevereiro, no qual houve a maior participação na história das eleições para os Corpos Sociais da Associação. Apurados os resultados, os novos dirigentes da ANS viriam a tomar posse no dia 23 do mesmo mês, na Casa do Alentejo, numa cerimónia simples mas de grande solidariedade associativa.

Aliando a juventude à experiência, os novos Corpos Sociais compõem um quadro em que, e pela primeira vez, há militares femininos dos três Ramos, não há SMOR e o *grosso* dos (as) camaradas pertence aos postos de 1SAR e SAJ, ao fim e ao cabo os postos em que se desenrola a maior parte da carreira da categoria de Sargento. Estas características auguram uns Corpos Sociais com renovação dentro da experiência e com uma componente muito forte do que é ser Sargento em Portugal.

Todos os que puderam comparecer na cerimónia de tomada de posse – e vieram camaradas do país inteiro, Continente e Ilhas, alguns acompanhados das suas famílias –, com confiança, comprometeram-se publicamente a, com zelo, lealdade e dedicação, trabalhar coletivamente

para dirigir os destinos da ANS e a sua continuada luta pelos direitos, aspirações e dignidade dos Sargentos de Portugal e das suas famílias, à frente duma organização cada vez mais respeitada e prestigiada.

Foi por isso que, além das muitas mensagens recebidas, estiveram presentes representações de quase todo o movimento associativo militar, de sindicatos e associações das forças e serviços de segurança, da Associação Conquistas da Revolução, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, da APVG, de representantes das chefias militares, da Procuradoria-Geral da República, da CGTP, da UGT, do MDN (ministro, secretário de Estado e diretor-geral de Pessoal), e dos grupos parlamentares do PCP e BE. O CDS enviou mensagem e os grupos parlamentares do PSD e PS não responderam sequer ao convite.

A grande solidariedade manifestada pelas delegações presentes aos dirigentes eleitos foi profundamente sentida, e o presidente da Direção reempossado disso deu conta na sua intervenção de encerramento da cerimónia, depois das intervenções de alguns dos convidados presentes, das quais se destaca, pela emoção e solidariedade demonstrada, a intervenção do Comendador José Arruda,

presidente da Direção Nacional da ADFA.

Nasua intervenção, Lima Coelho teve ainda oportunidade de proferir uma veemente e frontal denúncia das mentiras do MDN, para além de abordar os problemas com que se debatem os Sargentos e demais militares, perspetivando um futuro de luta intensa no futuro próximo e, por isso mesmo, referindo o quanto são necessárias, agora e sempre, a solidariedade e unidade de todo o Movimento Associativo Militar, bem como o reforço da ANS, com a angariação de novos sócios e a constante representação das suas bases. Reconhecendo que os tempos vão muito difíceis, afirmou, todavia e simultaneamente, que têm de ser tempos de muito trabalho, de firmeza e perseverança na luta para travar, e derrotar, esta ofensiva contra os direitos, contra a descaraterização da Condição Militar e contra as condições de vida dos militares.

Os camaradas nos novos Corpos Sociais que não puderam estar presentes viriam a tomar posse na Sede da ANS, aquando da primeira reunião de Corpos Sociais, realizada no passado dia 13 de fevereiro, completando e cumprindo assim um ato formal necessário para a prossecução do objetivo máximo da Associação Nacional de Sargentos, e que é a luta pela dignificação dos Sargentos de Portugal. ▲



Órgãos Sociais para o Biénio 2013/2014

ASSEMBLEIA GERAL

CARGO	POSTO/NOME	Nº SÓCIO	RAMO
Presidente	SAJ José Paulo Gonçalves Leitão	2574	EXE
Vice-Presidente	SCH José Fernandes Gonçalves	2033	FAP
Secretário	SAJ António Manuel Mouta Dias	5803	ARM
Vogal	SCH Augusto Manuel Gil Tomás	867	FAP
Vogal	1SAR Francisco Leite da Silva	4289	EXE

CONSELHO FISCAL

CARGO	POSTO/NOME	Nº SÓCIO	RAMO
Presidente	SAJ Luís Manuel Marques Bugalhão	2622	ARM
Secretário	1SAR Joana dos Santos Penão	6148	EXE
Relator	SAJ Paulo Jorge de Jesus Marques Leonardo	4021	FAP
Vogal	SAJ Mário Norberto dos Santos Rocha	16	EXE
Vogal	2SAR Carlos Alexandre Cruz Bastos Simões	6348	ARM

DIRECÇÃO

CARGO	POSTO/NOME	Nº SÓCIO	RAMO
Presidente	SCH António Manuel Gavino Lima Coelho	965	FAP
Vice-Presidente	SAJ Mário António Martins Ramos	2661	EXE
Vice-Presidente	SAJ Paulo Alexandre da Silva Pedro Contreiras	3637	FAP
Vice-Presidente	1SAR António José Videira Taveira	5706	ARM
Tesoureiro	SAJ José António Gouveia Pereira	3361	FAP
Secretário	SCH Mário António Rodrigues Correia Pereira	56	EXE
Secretário	1SAR Paulo José Barbosa Pinto	3811	ARM
Secretário	1SAR Telmo Alexandre dos Santos Campos	6488	FAP
Vogal	1SAR Luís Filipe Miranda do Rosário	6347	EXE
Vogal	1SAR José Manuel Martins Bernardo	5421	ARM
Vogal	SAJ José Carlos Teixeira da Mota	1997	FAP
Vogal	SAJ Vítor Luís Távira Catela Geitoeira	2904	EXE
Vogal	1SAR Heitor Carlos Tavares Carvalho Narciso	6499	ARM
Vogal	1SAR Patrício Augusto Realista Branco	6498	FAP
Vogal	1SAR Rui Miguel Nunes Lopes	6058	EXE
Vogal	1SAR Paulo Jorge Ramos Tomaz	5085	ARM
Vogal	1SAR Célia Maria Serrano Quendera Machado	6502	FAP
Vogal	SAJ Joaquim Manuel Pinto da Silva	3991	EXE
Vogal	SAJ João Paulo Ferreira dos Santos	4369	EXE
Vogal	1SAR Andreia Sofia Vieira de Jesus	6212	ARM
Vogal	1SAR Carlos Alberto dos Santos Colaço	6134	EXE
Vogal	SAJ Jorge Manuel da Silva Ferreira	6152	EXE
Vogal	2SAR António Augusto Sousa Ferreira	6500	ARM
Vogal	SAJ João Carlos Chaves Fernandes	2943	EXE
Vogal	1SAR Joaquim Rebelo Torres	4721	EXE

A ANS foi a votos

Coincidindo com as comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento” decorreram, em Lisboa, as eleições para os órgãos sociais da ANS, para o biénio 2013/2014. A lista “A”, única concorrente ao ato eleitoral, é composta por 35 camaradas, dos quais 14 (40%) integram os órgãos sociais pela primeira vez.

No ato eleitoral mais participado de sempre nos quase 24 anos de existência da ANS, votaram 815 associados, tendo-se apurado 812 votos válidos e 3 votos brancos. Pela primeira vez foi ultrapassada a barreira dos 800 votos, demonstrando a vitalidade do projeto associativo protagonizado pela ANS. De realçar que, pela primeira vez integram os órgãos sociais Sargentos do sexo feminino dos três ramos das Forças Armadas.

Um fator que continua a requerer a nossa atenção prende-se com o elevado número de votos não considerados válidos, por falta do elemento de identificação dentro dos envelopes, por parte dos associados que votam por correspondência. Apesar de, relativamente às eleições anteriores, este número ter diminuído 20%, registaram-se ainda 137 votos nestas circunstâncias, o que consideramos ser ainda um número muito elevado. A redução deste número só é possível com a leitura atenta das instruções que são enviadas aos associados antes do processo eleitoral. Renova-se aqui este apelo para as futuras eleições.

Este nível de participação nas eleições, aliada à renovação efetuada, são a prova mais eloquente de que a ANS está de boa saúde e recomenda-se. Reforçar a ANS é o caminho. Vamos a isso! ▲

Ano	Votantes	Votos		
		Brancos	Nulos	Válidos
1989	703	11	1	691
1992	271	2	8	261
1994	243	4	4	235
1996	166	0	0	166
1998	209	0	0	209
2000	334	5	0	229
2002	512	4	3	505
2004	225	1	0	224
2005	308	1	0	304
2007	709	0	226	483
2009	720	6	5	709
2011	758	4	1	753
2013	815	3	0	812

Complemento de Pensão de Reforma

Dois pesos e duas medidas!

A Lei nº 34/2008, de 23 de julho, determinou a forma como deve ser calculado o Complemento de Pensão de Reforma (CPR) aos militares com idade inferior a 70 anos e que tenham transitado para a situação de Reforma após permanecerem por cinco anos na situação de Reserva fora da efetividade de serviço.

O valor em causa resulta da diferença entre o valor ilíquido do vencimento da Reserva, que o militar auferiria caso se mantivesse nessa situação, deduzido da quota para efeitos de aposentação e pensão de sobrevivência e a pensão de Reforma ilíquida.

Na ânsia de cortar mais uns milhões de euros nos reformados militares, lembrou-se o governo de reduzir o valor ilíquido do vencimento da Reserva, subtraindo a redução temporária dos vencimentos que efetuou a partir de 2011.

No entanto, o governo esqueceu-se que em 2013 aplicou aos reformados, com pensões ilíquidas acima de 1350€, uma medida de alcance similar – a Participação Extraordinária de Solidariedade – sem contudo ser deduzido ao valor ilíquido da pensão, para efeitos do cálculo do CPR.

Com esta habilidade, de duvidosa legalidade, o governo anulou na prática um direito legal que vinha a ser praticado desde 1990. Habilidade que se consubstancia na prática de dois pesos e duas medidas, sempre em prejuízo dos militares reformados.

Governar não é um mero acto de surripiar ou esbulhar os rendimentos dos cidadãos. Governar é, antes, cumprir com zelo as leis da República. Governar é ser justo na distribuição da riqueza e dos sacrifícios. ▲

O que estamos a perder na ADM?

Não bastando a profunda reforma efectuada na Assistência na Doença à família militar, iniciada em 2005 por um conjunto de medidas que ficou conhecida como “desova legislativa”, desde aquela data que se têm vindo a verificar sucessivas reduções e restrições aos montantes das comparticipações, diretas e indiretas, a aplicar aos beneficiários da ADM.

Através do Memorando de Entendimento assinado com a “Troika”, estabelece-se que a ADM terá de ser autossustentável em 2016, reduzindo-se gradualmente, a partir de 2013, o valor da comparticipação do Estado e aumentando progressivamente o montante dos descontos dos beneficiários. Nesta linha de ação, o secretário de Estado e da Defesa Nacional encomendou a um consultor civil um estudo sobre uma reforma profunda do sistema de assistência na doença dos militares (ADM), com vista a serem cumpridos os objetivos plasmados no Memorando de Entendimento. Deste estudo, apresentado em finais do ano passado e ao qual as Associações Profissionais de Militares tiveram acesso, sem que, no entanto, contrariamente ao que define a Lei, tivessem sido convidadas a participar, constam um enorme conjunto de medidas de alteração que penalizam os beneficiários da ADM e que cumprem com os objetivos da autossustentabilidade, ou seja, contrariando o definido na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (Lei 11/89, de 1 de Junho), tornam o sistema de saúde da família militar, totalmente pago pelos beneficiários.

O documento, com cerca de 100 páginas, propõe-se a **“obter o diagnóstico detalhado e actual da estrutura da ADM existente”** e a propor **“eventuais alterações ao modelo existente”** de forma a assegurar uma **“maior racionalização na utilização dos recursos públicos”**. Não considera, no entanto, a especificidade da missão das Forças Armadas, deixando de lado os requisitos ligados à saúde operacional e do apoio sanitário aos seus efectivos. Embora indique algumas falhas de funcionamento que devem ser colmatadas, parece ser feito “à medida” de forma a encaixar aquilo que são as intenções do Governo de se atingir a autossustentabilidade da ADM até 2016 à custa do aumento das quotizações e redução das comparticipações, bem dentro da linha do relatório da auditoria sobre os vencimentos efetuado pela Inspeção Geral de Finanças aos Ramos.

Deixamos aqui, de forma resumida, algumas das propostas desse estudo que, a serem implementadas, contribuirão para a célere extinção do direito à assistência sanitária e apoio social devido aos militares e seus familiares, conforme consagrado na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar:

- Substituição do atual modelo de funcionamento pela criação de um **“Plano de Saúde ADM”** complementar ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). O argumento é o de que o beneficiário “continuará



em primeira linha a ser beneficiário do SNS, já que a sua condição militar não se sobrepõe à sua condição de cidadão”;

- Integração da ADM na ADSE ou manutenção da gestão da ADM autónoma e integrada numa estrutura funcional do MDN;

- Aumento da quota ADM dos beneficiários de 1,5% para 2% (14 meses/ano) pelo acréscimo de 0,1% a partir de 2013;

- Criação de uma quota mensal ADM de 1,5% (14 meses/ano) sobre a pensão de sobrevivência do cônjuge sobrevivente (viúvas);

- Criação de uma quota mensal ADM de 25 €, atualizáveis anualmente, por parte dos beneficiários Protocolados (cônjuges inscritos na Segurança Social) e pelos beneficiários extraordinários (cônjuges inscritos na ADSE). Conforme consta no documento, com esta quota pretende-se que **“muitos beneficiários venham a desistir do sistema”** funcionando como uma **“anti seleção”**;

- Criação de uma quota IASFA de 0,3% (a começar em 0,1% em 2013) para os beneficiários titulares, complementada com 0,6% pelo MDN (a começar em 0,8% em 2013);

- Aumento de 20% para 25% do copagamento médio de atos médicos por parte dos beneficiários. Face a situações de doença grave ou de continuidade no tempo, o valor do copagamento pelo beneficiário pode ser nulo, devendo nesse caso ser suportado pelo IASFA - Acção Social Complementar (ASC);

- Propõe o fim do regime convencionado ao nível das próteses oculares, de forma a que a totalidade do custo seja paga pelo beneficiário no ato do aviamento para pedir a comparticipação posteriormente. Propõe, também, a redução da comparticipação das atuais 8 lentes a cada 3 anos para 2 lentes a cada 2 anos. Para os beneficiários que necessitam de óculos para ver ao perto e ao longe

serão comparticipadas 4 lentes a cada 2 anos. Propõe ainda a redução do valor da comparticipação das armações ou aros dos atuais 61,55€ para 40€;

- Acesso aos cuidados de saúde por patamares na seguinte prioridade:

- Utilização preferencial das estruturas do Serviço de Saúde Militar (SSM) pelos beneficiários;

- Estabelecimento de parcerias estratégicas com prestadores de cuidados de saúde, nomeadamente com a Cruz Vermelha Portuguesa ou outros prestadores nos locais onde a ADM não tenha rede própria;

- Utilização do SNS;

- Utilização dos atuais prestadores convencionados e que não venham a integrar o segundo patamar. Serão efetuados acordos de forma a haver preços tabelados por ato médico e o valor será pago na totalidade pelo beneficiário;

- Utilização do Regime Livre com os custos a serem suportados diretamente pelo beneficiário e comparticipados posteriormente pela ADM.

- Alargamento da base de beneficiários através da fusão dos serviços da ADM com a SAD GNR e com a SAD PSP;

- Redução faseada do número de prestadores nas áreas de influência dos centros clínicos e hospitalares;

- Redução faseada do número de prestadores nas áreas de influência dos centros clínicos e hospitalares **(já em vigor nos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal, através de protocolo assinado entre o IASFA e o HFAr em Janeiro de 2013);**

- Faturação relativa à prescrição de medicamentos a ser financiada diretamente pelo SNS a partir de 1 de abril de 2013 **(já em vigor);**

- Faturação relativa aos meios complementares de diagnóstico a ser financiada diretamente pelo SNS a partir de 1 de junho de 2013. ▲

Conceito Estratégico de Defesa Nacional! Será?

ANS foi convidada para participar num colóquio promovido pela Comissão de Defesa Nacional sobre as “Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, realizado na Sala do Senado da Assembleia da República, no passado dia 19 de fevereiro.

Numa sessão que durou todo o dia, dividida por três painéis, moderados por membros da Comissão de Defesa, ressalta do primeiro painel a intervenção do Professor Luís Fontoura, representante de uma comissão a quem o governo incumbiu de redigir o documento que serviu de base a este Conceito. Para além da surpresa que constituiu a sua afirmação de que desconhecera o documento com a síntese das grandes opções, porque ninguém lho tinha enviado, reconheceu que temos um estado assistido, que presta contas, destituído de soberania. É seu entendimento que a partir deste Conceito Estratégico Nacional, que deverá garantir a sobrevivência do Estado Português, com soberania e independência, se definam os três pilares em que deve assentar a segurança nacional. O primeiro pilar, do desenvolvimento económico e social, sem os quais não há segurança possível. O segundo pilar, da segurança nacional, deverá ser a diplomacia, porque se foi de espada na mão que se construiu Portugal, a diplomacia teve sempre um papel



importante. O terceiro pilar, as Forças Armadas, pois desde a fundação são o garante da manutenção da independência, sendo uma instituição impoluta, com a missão da Defesa e Independência Nacional.

Segundo a sua opinião, para montar a estratégia é importante saber quais os elementos disponíveis para que se possam atingir os objectivos: poder político, poder nacional, potencial estratégico.

De acordo com a sua leitura, todos temos poder político. A utilização deste poder decorre da escolha boa ou má de quem elegemos. Quanto ao poder nacional já é uma questão que se pode e deve colocar ao governo. A nação

tem de estar de acordo com o poder nacional para que se promova a coesão nacional. É sua convicção que não é possível esta coesão nacional quando as diferenças sociais se instalam: a miséria não é apoiante da coesão nacional! Para Luís Fontoura, o potencial estratégico está fundamentado e decorre do próprio espaço geopolítico português.

Não deixa de ser curioso, devendo mesmo ser referenciado, que, enquanto decorria o processo de elaboração deste Conceito Estratégico, o governo anunciava a privatização da TAP, privatizava a ANA, tentava a privatização da RTP, procedia à entrega da EDP, aprofundava o ataque ao poder local

democraticamente estabelecido na Constituição da República, entre muitos outros ataques a bens e instituições fundamentais para a caracterização de um estado soberano e independente, como se não fosse relevante que estes bens e instituições sejam riqueza e património públicos.

No que respeita às Forças Armadas e aos homens e mulheres que nelas servem, muito antes de se saber as linhas orientadores de tal Conceito Estratégico, do qual deveria resultar um, ainda por fazer, Conceito Estratégico Militar, anuncia o governo mais uma redução de efetivos, alterações aos regulamentos estatutários existentes, alterações e cortes profundos nos direitos sociais, assistenciais e remuneratórios vigentes, sem sequer pretender ouvir aqueles a quem as matérias se vão aplicar, numa postura de surdez ao necessário diálogo, que deveria ser respeitado por direito, o respeito que devem exigir aqueles que são o fator mais importante da existência de qualquer organização, instituição ou país: o FATOR HUMANO!

Este Conceito, muito mais do que ser a construção da casa a partir do telhado, como já foi referido por diversos comentadores e reputados analistas, configura uma completa inversão de processos pois surge exactamente como o “alfaiate que molda o corpo ao fato em vez de moldar o fato ao feitio do corpo”. ▲

Em defesa do Arsenal do Alfeite

Junto do Portão Verde da Base Naval do Alfeite, em Almada, no passado dia 25 de março, pelas 17H30, foi levada a efeito uma iniciativa promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, no sentido de defender o Arsenal do Alfeite. Para este “Ato Público” foram convidadas a estar presentes, para além de muitas outras entidades, as associações profissionais de militares. Face a compromissos anteriormente agendados não foi possível a presença de membros da Direção da ANS que, contudo, não quis deixar de se associar à iniciativa enviando uma mensagem que se transcreve: “Exmos Senhores da Direção do STEFFA - Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas,

Agradecemos o convite que nos foi enviado para tomarmos parte no Ato Público em Defesa do Arsenal do Alfeite, que hoje decorrerá junto ao Por-

tão Verde da Base Naval de Lisboa, no Laranjeiro, Almada. Mais do que um agradecimento pelo convite, consideramos ser uma obrigação de todos os cidadãos, conscientes da necessidade de defender o património nacional, participarem neste tipo de iniciativa. Mais se afigura urgente essa participação quando se trata de cidadãos comprometidos com a missão da Defesa Militar da República.

Como tal, como cidadãos conscientes e também como militares que somos, não podemos deixar de juntar a nossa voz, a nossa solidariedade e a nossa força a quem, como vós, vem publicamente defender a necessidade da continuidade desta importantíssima unidade industrial, dos postos de trabalho a ela associados com o consequente bem-estar social das famílias, bem como assegurar e defender a operacionalidade da frota da Marinha, permitindo também por essa via o cumprimento da missão de serviço

público, de apoio às populações, da defesa da independência e da soberania com que estamos comprometidos perante o Povo Português.

Na impossibilidade de estarem presentes os membros da nossa Direção por motivo de atividade entretanto já agendada, não queremos deixar de marcar a presença da ANS - Associação Nacional de Sargentos. Assim, a representação da nossa associação será feita pelo nosso camarada Sar-

gento-Ajudante António Mouta Dias, secretário da Assembleia-Geral.

Em nome da ANS e dos Sargentos de Portugal envio aos dirigentes do STEFFA mas muito particularmente a todos os trabalhadores do Arsenal do Alfeite e suas famílias, uma saudação fraterna, neste difícil momento que atravessamos em que é de capital importância a unidade, resistência e solidariedade. António Lima Coelho. Presidente da Direção da ANS”. ▲



OSCE/ODIHR - Monitorização de Direitos Humanos nas Forças Armadas

O presidente da ANS, António Lima Coelho, participou como orador convidado num dos painéis do Seminário sobre “Monitorização de Direitos Humanos nas Forças Armadas”, cuja organização esteve a cargo da OSCE/ODHIR (Organization for Security and Cooperation in Europe/Office for Democratic Institutions and Human Rights), nos passados dias 4 e 5 de março, em Varsóvia, na Polónia.

Vinte e seis participantes de dezoito países da área de influência da OSCE, representando a sociedade civil, meios académicos, provedorias, associações de militares, a EUROMIL e ODHIR reuniram-se para partilhar experiências e boas práticas no que concerne à monitorização e proteção dos direitos humanos relativamente ao pessoal que presta serviço nas forças armadas.

A importância e relevância das associações militares no plano da defesa e monitorização dos direitos humanos foi evidenciada por Caroline Henrion, em representação da EUROMIL, assim como por Lima Coelho ao refletir sobre os vinte e quatro anos de associativismo militar da ANS, suas dificuldades, punições, incongruências e incumprimentos, mas também sobre as suas lutas e vitórias em benefício dos militares, suas famílias e sociedade em geral, para além das intervenções e exemplos explanados pelo espanhol Miguel Lopez, da AUME, e pela italiana Deborah Bruschi, da ASSODIPRO.

Foi naturalmente perceptível a importância destes testemunhos, sobretudo para os membros de alguns países que, não só não reconhecem a importância como nem sequer admitem a existência de mecanismos representativos de direitos através do associativismo militar, particularmente em alguns países do Leste europeu. Foi notório e é de assinalar, o sentimento de espanto e até de



incredulidade nalguns destes elementos, perante o relato da existência de punições, com variadas penas de privação de liberdade, a dirigentes associativos de Portugal, Espanha e Itália, pois haveria a ideia de que, sendo países do ocidente europeu, tais práticas estariam longe da realidade. A surpresa existiu também, mas em sentido contrário, por parte de alguns representantes de países da Europa do Norte, para quem a negação destes direitos ou a sua punição são inaceitáveis. Por tudo isto foi importante a participação destes representantes associativos de países do sul da Europa no sentido de desmistificar a ideia de “governantes europeus muito democráticos” que muitos dos nossos sucessivos governantes procuram transmitir quando saem das fronteiras nacionais, arrastando consigo alguns chefes militares, particularmente os dos estados do Sul da Europa.

Este seminário teve como fator de grande relevância permitir que fosse ouvida a voz de alguns militares, familiares de militares ou dirigentes de organismos representantes de militares de países onde nem sempre é fácil serem escutados, a um nível multinacional e, ao mesmo tempo, reforçar a visibilidade e a necessidade da existência de um associativismo militar efetivamente representativo. Desejável é nivelar o associativismo e o respeito pelas condições de trabalho e direitos humanos ao nível dos países que melhor o fazem.

Para além dos elementos pertencentes à organização OSCE/ODIHR, entre oradores convidados e participantes estiveram presentes representantes dos seguintes países: Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, Irlanda, Reino Unido, Alemanha, Polónia, Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Sérvia, Arménia, Turquia, Azerbaijão, Quirguistão e Tajiquistão. ▲

Promoções

A gestão das expetativas

A insegurança e a desmotivação provocadas pelas políticas do governo PSD/CDS-PP motivaram a passagem à situação de Reserva de muitas centenas de militares no final de 2012, com especial incidência nos postos cimeiros das respetivas categorias.

A situação descrita gera sérios problemas no normal funcionamento dos ramos e das unidades militares, razão pela qual as Direções de Pessoal dos vários ramos das Forças Armadas, com a anuência do MDN, começaram no início de 2013 a preparar os processos de promoção dos militares, de acordo com as vagas criadas.

De imediato o MDN tornou público que as promoções estavam dependentes das alterações a introduzir na sequência da reforma da estrutura superior das Forças Armadas.

O conhecimento por parte dos militares do desenvolvimento dos processos

de promoção gerou normais expetativas no universo abrangido, tendo em consideração a prolongada permanência nos postos que se vem a verificar, havendo situações de quase 19 anos de permanência no posto de primeiro-sargento.

Passados que são quatro meses, o facto é que promoções nem vê-las! Como se sabe, por força da Lei do Orçamento do Estado, os efeitos remuneratórios só se tornam efetivos a partir da data da publicação da respectiva promoção em Diário da República, de onde facilmente se conclui que este atraso nada tem de inocente.

Deste modo, o governo faz a gestão das justas expetativas dos militares e simultaneamente poupa indevidamente milhares de euros à custa dos militares que vierem a ser promovidos ao longo de 2013, mesmo que possam ter a sua antiguidade de promoção reconhecida a 2012. ▲

De temporário a definitivo

A Lei do Orçamento do Estado para 2011 impôs temporariamente uma redução nos vencimentos, acima dos 1500€, aos funcionários da Administração Pública, e no caso dos militares, abrangendo o pessoal que se encontrava nas situações de Ativo e de Reserva.

A medida veio a ser renovada nos Orçamentos do Estado para 2012 e 2013, apesar de manter a condição de medida temporária, mas incidindo na remuneração de referência para o cálculo da pensão de Reforma.

Com esta habilidade pouco séria, viram os militares que transitaram para a situação de Reforma a partir de 1 de janeiro de 2011, tornar-

se definitivo o que a Lei determina como temporário.

Não! Não se trata de um qualquer lapso ou de uma casualidade não prevista. Trata-se de uma opção governamental, do atual e do anterior governo, pois em 2010, durante a discussão do Orçamento do Estado para 2011, a ANS alertou o governo da altura e os grupos parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República, para este facto e aqueles que o poderiam corrigir assim não quiseram fazer.

Trata-se pois de uma acção deliberada, agravada em 2013 com a aplicação aos militares reformados da Comparticipação Extraordinária de Solidariedade. ▲

ACR promove Sessão Pública sobre a CRP

Numa iniciativa da ACR – Associação Conquistas da Revolução, decorreu, no passado dia 21 de março, na Casa do Alentejo, em Lisboa, uma Sessão Pública sobre a Constituição da República Portuguesa (CRP). Os trabalhos, moderados pelo presidente da Direção da ACR, Manuel Begonha, tiveram como oradores o Juiz Jubilado do Tribunal Constitucional, Guilherme da Fonseca e a vice-presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação, Ilda Figueiredo.

Das intervenções dos dois oradores convidados realçam as perdas que os portugueses tiveram nos seus direitos constitucionais com as sucessivas revisões do texto fundamental, com particular destaque para as revisões de 1982 e de 1989, apesar de continuarem a figurar neste texto conceitos e princípios tão importantes como cidadania, liberdade e democracia.

Contudo, devemos estar disponíveis para impedir a mutilação da CRP, sendo para tal necessária a existência de um poder político empenhado na condução dos preceitos ainda ali inscritos.

Foi referenciado que há hoje políticas que

desrespeitam o que ainda está inscrito na CRP, como por exemplo a referência no número 2 do Artigo 7º, em que se preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo, articulado que se apresenta em clara contradição com a prática e exigências de entidades como a “troika”, por exemplo.

O total desrespeito pelo conceito da “Democracia Participativa” foi outra das questões ali levantadas. Há inúmeras organizações e mecanismos inscritos na CRP que não estão a ser minimamente ouvidos em matérias que lhes dizem diretamente respeito.

Entre outros exemplos referiu-se o Artigo 80º e a subordinação do poder económico ao poder político, e não o contrário, realidade com que todos os dias somos confrontados.

Ficou bem claro que é importante que os portugueses em geral tenham efetivo conhecimento do texto da sua própria Constituição. O conhecimento obriga e responsabiliza. A CRP consagra caminhos alternativos a esta política cega e de imposições. Para encontrar estes caminhos alternativos é apenas necessário respeitar as leis, pois estas são sempre o resultado das lutas que

se travam e da sua correlação de forças.

Nunca é de mais recordar que entre muitas das mais significativas conquistas da revolução alcançadas pelo povo português e inscritas no texto fundamental se destacam: liberdade de expressão e de pensamento sob qualquer forma; liberdade de reunião e associação; liberdade de manifestação; igualdade de direitos; salário mínimo nacional; eleições livres; direito à educação; direito à habitação; direito ao trabalho; direito à reforma; direito à saúde; poder local democrático; aumento da qualidade de vida de todos os portugueses.

Importa fazer a sua defesa. Importa lutar contra a sua descaraterização. Importa evitar a sua destruição.

Antes do início da Sessão Pública foi apresentada e distribuída aos presentes a “Folha Informativa” nº 1/março 2013, da ACR, edição trimestral, que se pretende que venha a “constituir como um documento de esclarecimento e informação da “verdade democrática” e da salvaguarda das “memórias” da luta dos progressistas contra um inimigo comum”, como se pode ler na parte final do seu Editorial. ▲

Receção SAR da Armada

Bem-vindos à Categoria

Na tradicional cerimónia promovida em parceria pelo Clube do Sargento da Armada e pela Associação Nacional de Sargentos, cerca de três dezenas de camaradas apresentaram as boas-vindas à categoria a quatro novos camaradas: 2SAR A Rodolfo Serra, 2SAR TA Encarnação Mata, 2SAR ETA Ana Margarida Caçador e 2SAR MQ Daniela Cristina Sepúlveda.

Da mesa que presidiu à cerimónia onde estavam, pelo CSA, Rui Maricato e José Nóbrega, e, pela ANS, Lima Coelho e António Taveira, ouviram-se intervenções de informação sobre o associativismo de cariz cultural e recreativo e sobre o associativismo socio-profissional, com um apelo a que os novos elementos integrem estes movimentos tão importantes para a dignificação da categoria.

Ainda que tenha havido uma fraca adesão dos novos camaradas ao evento, nem por isso houve menos motivação. Nas palavras dos novos 2SAR, mais do que o desalento por terem estado poucos, importa destacar a presença dos que estiveram e levar a mensagem do que se passou em 2 de abril na Delegação nº 1 do CSA: perceber melhor o *que é isto de ser Sargento*. E foi realmente isso que se

passou, para além da entrega de propostas de sócio das duas instituições e, no final, do Porto de Honra que culminou a cerimónia.

A tradição manteve-se mas, mais importante do que a cerimónia em si, foi o senti-

mento de que há esperança na renovação dos caminhos apontados pelo CSA e pela ANS em prol da dignificação da categoria de Sargento.

LB ▲



COMEMORAÇÕES DO DIA

A nossa causa

As comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” e 10 de fevereiro (Praia da Vitória, Terceira) em

Foram mais de 1500 os Sargentos que responderam a esta demonstração inequívoca de coesão, unidade e dedicação dos Sargentos socioprofissionais.

De realçar o retomar das comemorações em Vendas Novas, em Estabelecimentos, Órgãos e Unidades militares, com a presença dos seus Diretores, Chefes ou Comandantes, de forma singela, a importância da efeméride e os Sargentos.

A forma determinada e a alegria como, ano após ano, vem-nos da profunda convicção de que é justa e inviolável a Classe de Sargentos, defender Portugal servindo na



NACIONAL DO SARGENTO

é invencível!

do Sargento” decorreram entre 26 de janeiro (Fun-
m 18 cidades do Continente e Regiões Autónomas.
ram afirmativamente ao apelo da ANS, dando uma
terminação na defesa dos seus interesses e direitos

as Novas e o número crescente de comemorações
com destaque especial para aqueles que contaram
mandantes, que deste modo honraram, mesmo que
Sargentos de Portugal.

s ano, comemoramos o Dia Nacional do Sargento,
vencível a causa porque lutamos – a Dignificação da
s Forças Armadas. ▲



Comemorações do Dia Nacional do Sargento

Intervenção Comum

Estamos a assinalar o ato heroico que há 122 anos ocorreu na cidade do Porto! Nunca é demais fazer o seu enquadramento histórico e social, para que a memória não se apague! Tendo como referência os heróis do 31 de janeiro de 1891 – de onde sobressaem os Sargentos da Guarnição Militar do Porto – que não aceitaram o “Ultimatum” imposto a Portugal pela coroa britânica, que não aceitaram a degradação das condições de vida dos portugueses, que não aceitaram o tratamento discriminatório que se vivia no meio militar da altura, que não aceitaram a corrupção, a inoperância e submissão dos governantes de então e muito menos aceitaram ver uma Pátria velha de séculos ser colocada de joelhos perante as exigências de potências estrangeiras que se diziam aliadas mas que na verdade conduziam Portugal e os portugueses à miséria, à indigência e à perda da sua soberania, saibamos então olhar o seu exemplo e ser continuadores da sua obra.

Foi o acionamento pelo Governo de medidas administrativas contra os responsáveis numa petição relacionada com as promoções, o fator que precipitou o deflagrar da revolta, dado o convencimento dos Sargentos que as punições iam desarticular o núcleo de dirigentes do movimento que então emergia.

A reação popular à instabilidade e às más condições de vida traduziu-se numa onda de agitação de dimensões inéditas na época, o que fez tremer a monarquia. O governo de gestão (progressista) caiu de imediato, dando lugar a outro (regenerador) – pois eram estes os nomes dos partidos que então repartiam entre si, em rotação, a chefia dos ministérios (note-se que foi há 122 anos...). A maior preocupação destes governos de gestão era defender a Coroa que supunham ameaçada. Sucediavam-se as manifestações populares. Às portas dos cafés formavam-se cortejos espontâneos que percorriam as ruas de Lisboa, e grupos de populares apedrejavam a legação inglesa...

A ideia da República ganhava novos adeptos e surgia para muitos portugueses como único meio de resgatar a Pátria humilhada. A monarquia era um regime desacreditado. Os governos da aristocracia alternavam-se como comensais insaciáveis à mesa do orçamento. O País estava a saque, a Nação de joelhos perante as grandes potências. A república era então uma esperança.

É neste clima social que Alfredo Keil compõe aquele que é ainda hoje o nosso hino nacional, “A Portuguesa”, com letra de Henrique Lopes de Mendonça, oficial da Armada, a que não faltava o brado “às armas” e logo se torna a canção genuína de incontáveis raivas e sonhos, razão que levou o governo a formalmente proibi-la.

Entretanto a 20 de agosto, desse ano de 1890, era rejeitado nas Cortes o Tratado com a Inglaterra. Durante vinte e sete dias não foi possível ao Rei encontrar presidente do ministério que obtivesse o consenso dos parlamentares. Por fim entrou um velho general, de seu nome João Crisóstomo, que aceitou a incumbência, formando um governo suprapartidário, entre boatos duma intervenção estrangeira e do trono ameaçado por um golpe republicano.

Uma nova imprensa, cheia de vigor combativo e ardor patriótico surgia à luz do dia. Desta nova imprensa destacava-se o jornal “A República Portuguesa”, editado no Porto e dirigido por João Chagas. Pela sua coragem, linguagem agressiva, mas com palavras justas e certeiras, em breve se tornou numa arma poderosa dos novos ideais.

“A República Portuguesa” começou a acolher nas suas páginas, cartas ou simples mensagens de militares que caíam em catadupa na redacção.

Vejam alguns exemplos:

– “Que é isso? Gelou-se-nos o sangue nas veias? Onde está o nosso orgulho como Sargentos do Exército? Porque não reunimos para tomar a resolução que cumpre tomar? Porventura já não tereis forças para empunhar uma espingarda e esquecerdes o vosso juramento doutros dias mais felizes: defender a Pátria e por ela morrer?” **(Assim escreveu um sargento do Exército).**

– “P’rá rua! P’rá rua! Acabaram-se os ódios mesquinhos que entre nós, há tanto tempo lavram. Hoje, somos todos portugueses e, além disso, somos soldados. Devemos portanto, combater para salvar a honra da nossa Pátria.” **(Mensagem de um 2º sargento da Guarda Municipal do Porto).**

– “A mãe Pátria agoniza. É preciso que seus filhos a salvem sem demora, porque a sua salvação é o nosso dever. Salvemos a Pátria proclamando a República. Camaradas: Não há tempo a perder.” **(Um grupo de oficiais do Exército, transmontanos).**

Entretanto, outros jornais eram publicados na época, dedicados aos sargentos. Eram eles “O Sargento” e “A Vedeta”. O primeiro teve particular importância ao proceder à divulgação das reivindicações sentidas pela classe (e atentemos bem nas coincidências): aumento do pré; promoção dos primeiros-sargentos a sargento-ajudante; promoção a primeiro-sargento por curso e mediante exame; entre outras questões.

A partir do “Ultimatum”, o protesto dos sargentos ganha outra dimensão, e a rutura surge quando se viram preteridos, em favor dos aspirantes, nas promoções às vagas de alferes, em condições ilegais, por decisão ministerial publicada em Ordem do Exército em princípios de janeiro de 1891.

O jornal “O Sargento” publica em 10 de janeiro de 1891, um artigo extremamente contundente, lançando as hostilidades. Ao mesmo tempo um numeroso grupo de sargentos do Porto, subscrevem o seguinte documento a que deram o título “Protesto”. Este texto rezava assim:

“É já demasiado longo o cadastro dos logros e vilipêndios que nos infligiram, coletivamente, os últimos governos da Nação. Despertemos da nossa inércia ignominiosa, e digamos-lhes com altivez de quem tendo brio e pundonor sabe repelir as afrontas:

- Basta de escárnio, imprudentes estadistas. Não brinqueis com o fogo que ele pode incinerar-vos!

- Desafivelai a máscara da mentira, repelentes hipócritas, antes que nós vo-la arranquemos num desabafo de cólera!

- Calculai bem a nossa força dirigida por um cérebro que pensa e por um coração que sente, e medita nas contas que vos havemos de tomar num dia de desforra!

É urgente que a classe de oficiais inferiores do Exército, solidariamente, sustente a todo o custo a sua dignidade e o seu prestígio.



Souo enfim a hora em que não deve haver tibiezas, contemporizações de qualquer ordem, para protestarmos homogeneamente contra os que nos vexam com o egoísmo mais humilhante.

Nós temos sido a pela de brinquedo dos governos dos últimos tempos, e o nosso bom nome clama com energia para que termine este ultraje.

Há pouco era um ministério que tendo-nos constantemente iludido com a promessa de aumento de vencimento, só quando foi invadido pelo terror da agonia é que se lembrou de que nós podíamos ser o seu sustentáculo, e por isso tentou corromper-nos, sacudindo nas nossas faces as migalhas da toalha do orçamento.

Agora, um gabinete presidido por um general que nós ingenuamente considerámos nosso protetor, nosso amigo solícito e desvelado, que tendo-nos prometido a escala de promoção por antiguidade do curso, se curva perante as exigências de uma agremiação política em que militam muitos oficiais da arma científica, respondendo com desprezo à nossa ardente... e jubilosa expectativa.

Unamo-nos todos: que haja uma só voz, um só pensamento, uma só vontade!

Só assim nos poderemos vingar impondo a nossa força e fazendo prevalecer os nossos direitos contra a perfídia dos nossos “amigos”.

Desviemos os olhos deste monstro pestilente, que exala miasmas que nos asfixiam, e volvamo-los para a alvorada que desponta no horizonte social...

Temos as armas nas mãos: e com fé e entusiasmo saudemos o futuro, que ele minorará a nossa sorte ingrata. Assim terminava o “Protesto”.

Na mesma altura os sargentos da guarnição de Lisboa elaboraram, pelas mesmas razões, uma petição, para ser assina-

da individualmente e dirigida ao Rei.

Os sargentos do Porto resolvem então reunir-se a fim de tomarem uma atitude concertada a este respeito. É esta reunião que irá precipitar os acontecimentos.

A tomada de conhecimento, por parte do núcleo de republicanos do Porto, da existência desta reunião de militares e das suas conclusões, deu ânimo às suas aspirações e projetos de uma revolução que derrubasse a monarquia. O núcleo republicano desenvolve intenso trabalho de propaganda e aliciamento, sendo de destacar a acção do Dr. Alves da Veiga na criação de comissões revolucionárias em diversas localidades que deveriam, no momento próprio, proclamar a República, cabendo a Santos Cardoso o trabalho de ligação com os militares.

Às três horas da madrugada do dia 31 de janeiro de 1891 inicia-se o movimento. São sargentos e cabos que sublevam Caçadores 9, Infantaria 10 e a 5ª Companhia da Guarda Fiscal. É ainda um sargento que leva consigo numerosos praças de Infantaria 18 a juntar-se aos revoltosos fora do quartel, contrariando um oficial que já tinha feito abortar a movimentação naquela unidade.

Depois de terem descido à Praça Nova, hoje Praça da Liberdade, é aí proclamada a República, da varanda da Câmara, pelo Dr. Alves da Veiga, tendo o Ator Verdial lido os nomes que compunham o governo provisório, rabiscados a lápis, pouco antes, num envelope. É nesta circunstância que é então cantada com ânimo, vigor e profundo sentimento, e apesar de proibida, “A Portuguesa”!

Foi com banda de música à frente que as tropas formadas na, hoje, Praça da Liberdade, rodeadas pelo povo cheio de alegria e vibração, empreenderam a subida da Rua de Sto. António.

O resto é infelizmente conhecido: o tiroteio, inesperado e impiedoso, da Guarda Municipal, entrincheirada nas escadarias da Igreja de Sto. Ildefonso, pôs termo àquela marcha que parecia ser a de uma vitória sem sangue. Os obuses do Regimento da Serra do Pilar bombardearam a Câmara... e dos telégrafos da Batalha não chegaram a ser expedidos os telegramas que anunciariam às comissões locais a proclamação da República, e também não chegaram a Coimbra onde um numeroso grupo de estudantes e de sargentos de Infantaria 23 apenas esperavam esse sinal para secundar a acção do Porto.

A morte e a invalidez de muitos. O exílio e o degredo para tantos mais. Foi esse o desfecho para os vencidos do 31 de janeiro. Mas nem por isso os vencedores puderam ficar tranquilos. A sorte dum regime contra o qual se ergueram sacrifícios tão puros e desprendidos estava decidida, o que veio a acontecer dezanove anos mais tarde, em 5 de outubro de 1910, contando também com papel relevante de um numeroso grupo de Sargentos, que a história tarda em reconhecer...

Saibamos hoje tomar nas nossas mãos a condução do futuro das nossas vidas e das vidas dos nossos filhos e netos. Saibamos defender o futuro das gerações desta Pátria portuguesa! Estejamos disponíveis para participar ativamente nas iniciativas para as quais venhamos a ser chamados na defesa dos princípios e valores constitucionais que jurámos. Não nos acomodemos! Mas sobretudo, não nos resignemos!

Um sociólogo português contemporâneo disse recentemente: “Urge encontrar uma convergência de alternativas que possibilite desviar Portugal da rota que o conduz inevitavelmente para o abismo, respostas que permitam recuperar condições para o progresso económico e social, salvaguardando a democracia e a soberania (...) Um povo como o português, que ao longo da sua história também teve períodos de submissão, mas foi capaz de fazer grandes revoluções que lhe permitiram manter a identidade e afirmar-se no plano mundial, também pode ser capaz de vencer os tempos conturbados que vivemos”. (Fim de citação).

Por tudo o que aqui se afirma, é fundamental reforçar a ANS! É de capital importância defender Portugal! E porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, vamos continuar, com dignidade, a construir o futuro!

Vivam os Heróis do 31 de janeiro!

Viva a Associação Nacional de Sargentos!

Vivam os Sargentos de Portugal!

Vivam as Forças Armadas!

Viva Portugal! ▲

31 de Janeiro no Porto



Alocação do presidente da Assembleia Geral do CSE - Clube de Sargentos do Exército, Sargento-Mor Manuel Moreira, nas cerimónias evocativas do 31 de Janeiro de 1891, no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, na manhã do dia 31 de janeiro de 2013.

“Estamos aqui para homenagear os vencidos do 31 de janeiro de 1891, pena é que atualmente atravessamos um período de grande sofrimento intelectual e económico para a sociedade portuguesa.

Portugal nunca foi tão atacado no seu íntimo como acontece atualmente, pois o que o Povo está a suportar leva-nos a pensar de forma idêntica, ao que então se passou no País em 1890, com o Ultimato Inglês e consequente pressão sobre uma Nação que sempre honrou os seus compromissos e tem um historial que não se compadece com o tratamento que lhe estão a dar, não sendo preciso que profetas da desgraça que nos dirigem, continuamente façam a propaganda do miserabilismo e nos tentem vender “gato por lebre”.

A revolta falhou, foram vencidos, mas ficou a semente que duas décadas mais tarde, aí sim, implantou a República. Também agora estamos quase vencidos, mas não derrotados, mas certamente chegará o dia que o Povo se vai libertar e dizer bem alto que não precisava de uma “Troika” que só serviu para reforçar o poder financeiro, destruiu o tecido empresarial e derrotou a força do trabalho, enfim o trabalhador por conta de outrem é quem paga, agora com um novo “bode expiatório”, os funcionários públicos e afins, nos quais incluímos os militares que infelizmente deram o “ser” a políticos medíocres.

A revolta do 31 de janeiro não re-

sultou, daí que, grande parte dos seus intervenientes, foram condenados ao exílio, ao degredo e elevadas penas de prisão. Agora, nestes tempos modernos, também há formas idênticas de agir e levarem as pessoas e portugueses a auto exilarem-se, convidando-os abertamente a emigrarem. Com isto a sociedade e o desenvolvimento do país vai sofrer muitos anos, para “repor” este exílio forçado que os jovens portugueses, nossos filhos, estão a ser vítimas.

Alguém está a ser responsável pelas profundas desigualdades na implementação das medidas que se vêm adotando para resolução dos problemas financeiros que o país atravessa, criando injustiças sociais terríficas, destruindo o Estado Social, e não só, alterando contratos de uma vida a reformados e pensionistas, assim como a trabalhadores ativos, cuja impotência face ao poder executivo, só pode ser resolvida por Instituições como seja o Tribunal Constitucional, esperamos que o mesmo esteja ao lado da razão, na hora de decidir.

Mas não se esqueçam, os que agora impõem medidas impopulares e de cariz duvidoso como em 1891, também venceram e tornaram heróis os revoltosos, mas foram mais tarde derrubados pela maioria da população portuguesa, esperamos que num futuro próximo a história se repita e o povo português possa ganhar novamente a alegria de viver e pensar o futuro, e num qual-

quer dia do ano se possa novamente respirar e gritar a liberdade.

Com o exemplo dos vencidos do 31 de janeiro de 1891, cujo papel preponderante dos Sargentos da Guarnição do Porto, que nunca é demais lembrar, seguida da vitória com a implantação da República em 1910, esperava-se que o poder político corrigisse tais injustiças gerando na sociedade uma dinâmica que esbatesse as desigualdades existentes, dando origem a uma sociedade justa e fraterna.

Os militares cientes do rumo que o país atravessava, interpretando o sentimento nacional, fazem eclodir o 25 de Abril, a revolução dos cravos, mas uma classe dirigente mal preparada e pouco coerente com o seu povo, não aproveita da melhor forma uma integração Europeia e novamente somos confrontados com a submissão a Órgãos Financeiros Internacionais, aliado ao descontentamento generalizado de todos os estratos sociais da socie-

dade portuguesa, com desconfiança total no poder político e judicial, em tudo semelhante ao quadro existente em 1891.

Esperamos que os verdadeiros democratas e o povo anónimo, possam num futuro próximo, erradicar de uma vez por todas, os falsos defensores do povo e vendedores de ilusões políticas que destroem uma Nação como a nossa.

Os Sargentos de Portugal, junto a este monumento que simboliza os Revoltosos e Vencidos do 31 de janeiro de 1891, neste dia que comemoram o seu Dia Nacional, querem dizer bem alto que nada os pode demover de lutarem pelos seus direitos e consequentemente pelos direitos adquiridos de todos os pensionistas e reformados que ao longo de uma vida contribuíram para este País - Portugal!!!

VIVA OS VENCIDOS DO 31 DE JANEIRO DE 1891!

VIVA O 31 DE JANEIRO DE 1891!

VIVA PORTUGAL!” ▲

31 de Janeiro em Beja



Intervenção do Sargento-Mor Agnelo Amaro, durante o almoço que assinou o dia 31 de Janeiro na Messe de Sargentos da Base Aérea 11, em Beja.

“O Dia do Sargento tem por referência os acontecimentos históricos ocorridos a 31 de janeiro de 1891 no Porto.

Aquela que foi a primeira tentativa de derrubar a monarquia e impor uma república em Portugal, que só chegaria quase 20 anos depois, a 5 de outubro de 1910.

Tenhamos objectivos. Temos história. Precisamos de futuro.

Desejamos que este almoço convívio seja uma oportunidade para reforçar ainda mais os valores da República e, portanto, da cidadania.

Todos.

Não esperem o que pode por Nós fazer a Instituição das Forças Armadas e o País. Sejamos inteligentes. Que podemos Nós fazer pela Instituição e por Portugal. Servir e Não Servirmo-nos...

Sejamos todos Nós ainda mais ambiciosos.

Somos Competentes, Íntegros e temos Mérito.

De entre tantos e iguais, Somos Diferentes... Únicos.” ▲

O estudo da MERCER e a Função Pública

Do “Estudo da MERCER sobre as remunerações, distorce a realidade mas serviu ao governo para manipular a opinião pública contra os trabalhadores da Função Pública”, de autoria do economista Eugénio Rosa, construímos o resumo que apresentamos a seguir.

Mais uma vez os trabalhadores da Função Pública foram objeto de uma campanha com o objetivo de virar a opinião pública contra eles. Agora o pretexto utilizado foi que auferiam remunerações superiores aos trabalhadores do setor privado. Para isso foi utilizado um estudo encomendado pelo governo a uma multinacional, a MERCER, que distorce a realidade e contém erros graves.

Em 2006, o governo de Sócrates encomendou à multinacional CAPGEMINI a realização de um “Estudo comparado dos sistemas de remuneração entre o setor público e o setor privado”. Esse estudo mostrou que a generalidade dos trabalhadores da Função Pública ganhavam menos do que os do setor privado para idênticas funções.

O objetivo era claro: mostrar que as remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas eram muito superiores aos do setor privado. Como os resultados do estudo mostraram precisamente o contrário, o governo escondeu estudo, e esse objetivo foi esquecido, apesar do estudo ter custado aos contribuintes portugueses muitas centenas de milhares de euros.

Em 2012, o governo e a “troika”, ignorando esse estudo (o secretário de Estado da Administração Pública afirmou que o desconhecia, o que mostra a forma como são utilizados os dinheiros públicos), encomendou à MERCER, outra multinacional, outro estudo, gastando muitos mais milhares de euros. E para que os resultados fossem diferentes a MERCER utilizou uma metodologia diferente da utilizada pela CAPGEMINI. No lugar de calcular os salários médios do setor privado com base nas remunerações praticadas pelas pequenas, médias e grandes empresas, como tinha feito a CAPGEMINI, utilizou apenas as remunerações das pequenas empresas que normalmente pagam remunerações mais baixas. Isso causou diferenças muito grandes.

E isto apesar da realidade de uma pequena empresa ser totalmente diferente da do Estado. No entanto, como estas empresas pagam normalmente remunerações inferiores às pagas pelas médias e grandes empresas, era assim mais fácil mostrar que as remunerações na Função Pública eram superiores às das empresas privadas. Mesmo assim, na reunião que teve com os sindicatos da Frente Comum da Função Pública, o secretário de Estado confessou que os resultados obtidos ainda não eram os que esperavam, e que o estudo vai ser “esquecido” pelo governo.

E como a criatividade da MERCER para agradar ao cliente não tem limites criou profissões e remunerações virtuais para estabelecer comparações com remunerações de profissões que existem na Administração Pública, mas não no setor privado (Forças Armadas, Forças de Segurança, Inspeções, etc.).

E foi com base num estudo desta natureza, sem credibilidade técnica, que a generalidade dos órgãos de comunicação social intoxicou a opinião pública, mais uma vez, contra os trabalhadores da Função Pública com o estafado tema de “privilegiados”. Por ex., o Diário Económico, de 19.3.2013, noticiava na 1.ª página com letras garrafais: “*Maioria do Estado ganha mais do que o sector privado*”, quando isso era mentira. Outros jornais e mesmo as TV seguiram-lhe o exemplo. Os media, ao não alertarem os leitores para os erros e distorções do estudo da MERCER, acabaram, objetivamente, por participar numa operação de manipu-



lação e de engano da opinião pública, já que fizeram passar, como verdades, mentiras.

E tudo isto ainda se torna mais chocante, se tivermos presente que, entre 2006 e 2012, as remunerações no setor privado aumentaram cerca de 16%, segundo o Banco de Portugal, enquanto no setor público subiram apenas 8% (sem ter em conta os cortes de 3,5% a 16% das remunerações em 2011-2012 e o confisco do subsídio de férias e do Natal em 2012). A pergunta que se coloca é naturalmente a seguinte: Como é que as remunerações no setor privado em 2012 são inferiores às de 2006 apesar dos salários nos privados terem aumentado no período 2006-2012, segundo o Banco de Portugal, cerca de 16%? A resposta deixa-a ao leitor.

Mas as “habilidades” utilizadas pela MERCER para distorcer a realidade não ficam por aqui. A juntar à anterior, a MERCER não considerou as remunerações efetivamente recebidas pelos trabalhadores da Função Pública em 2012, mas sim aquelas que eles receberiam se não tivessem nem sofrido cortes nas remunerações nem o confisco do subsídio de férias e de Natal. Entrando com os cortes nas remunerações (entre 3,5% e 16%) e com o confisco do subsídio de férias e de Natal, as remunerações efetivamente recebidas pelos trabalhadores da Função Pública foram inferiores, em média, em 25% às utilizadas pela MERCER no seu estudo, o que contribui para que o estudo desta empresa não tenha qualquer credibilidade já que distorce totalmente a situação, a nível de remunerações, entre o setor privado e o setor público.

A MERCER sabia certamente que o seu estudo iria ser divulgado. Para potenciar o ataque aos trabalhadores da Função Pública, e virar contra estes a opinião pública, a MERCER faz outra habilidade no seu estudo. Embora faça comparações entre as remunerações do setor privado e do setor público em relação ao ano de 2012, não considera para tais comparações as remunerações efetivamente recebidas pelos trabalhadores da Função Pública, mas sim aquelas que eles receberiam se não tivessem sofrido cortes nem lhes tivesse sido confiscado o subsídio de férias e de Natal.

Mesmo em relação às profissões que não existem no setor privado (forças armadas, forças de segurança,

polícias, guardas prisionais, administração tributária, inspeções, diplomatas, juizes, etc.) a MERCER construiu profissões virtuais que designa por “*profissões com funções de idêntico valor do setor privado analisado*”, e com base nelas determina o “Ganho Médio Mensal” (GMM) e faz comparações. A “criatividade” da MERCER não tem limites para agradar ao cliente. Mas é desta forma, que a MERCER conclui que o ganho médio do oficial das forças armadas, da PSP, da GNR, da chefia tributária e da polícia judiciária está “*abaixo do mercado*”; mas que o ganho médio mensal dos sargentos, do pessoal do SEF, está “*em linha com o mercado*”, e que as praças das FA, os chefes e os agentes da PSP, os sargentos e guardas da GNR, o pessoal da Administração Tributária e Aduaneira, o pessoal de Inspeção, o bombeiro, a Polícia Municipal, o Oficial de Justiça, a Polícia Judiciária e a Guarda Prisional auferem um ganho médio mensal, que inclui tudo o que recebem, que está “*acima do mercado*”. E para fazer tudo isto utiliza uma metodologia a que chama “Mercer IPE”, que tem como base cinco fatores – Impacto, Comunicação, Inova, Conhecimento e Risco – mas cuja aplicação prática não explica, permitindo assim que se possa pensar que domina a aleatoriedade e a arbitrariedade.

O desaforo da MERCER ultrapassa os limites quando, no fim do estudo, se põe a fazer recomendações defendendo: (1) “*Uma revisão atual da política salarial da Administração Pública com o objetivo de promover um alinhamento com as práticas remuneratórias do setor privado*”; (2) “*Uma reflexão sobre o atual modelo de remuneração variável da Administração Pública para implementar práticas mais diferenciadoras*”. E tudo isto de uma empresa que revela desconhecer totalmente a realidade atual da Administração Pública, ajustando as suas conclusões aos interesses do cliente. É mais um estudo que custou aos contribuintes portugueses 65.000€ para esquecer, como afirmou o secretário de Estado da Administração Pública, mas que serviu para manipular mais uma vez a opinião pública contra os trabalhadores da Função Pública com o estafado tema de que são privilegiados, um tema muito querido a Passos Coelho e à “troika” nas suas campanhas de propaganda contra a Administração Pública Portuguesa. ▲

13º Aniversário da AP – Associação de Praças

Comemorou-se o 13º aniversário da Associação de Praças (AP), no passado dia 24 de fevereiro, cerimónia na qual participou, como convidado, o presidente da Direção da ANS, Lima Coelho.

O programa das comemorações iniciou-se de manhã bem cedo, na Doca da Marinha, em Lisboa, de onde partiu o autocarro que transportou muitos dos associados, convidados e familiares. Este programa comemorativo integrou uma visita ao Mercado Municipal de Torres Vedras, importante equipamento social, moderno e funcional, uma sempre agradável visita à vila-castelo de Óbidos, onde por coincidência decorria a abertura do Festival do Chocolate, e terminou num almoço comemorativo num restaurante próximo do Bombarral.

No final deste almoço comemorativo foram feitas diversas intervenções por parte das entidades convidadas presentes (CPA, ANS, AOFA, ASMR, CSA), em que ficou regista-



do o reconhecimento, o apoio e a exaltação do trabalho desenvolvido pela AP em prol da defesa não apenas dos seus associados e famílias, das Praças das Forças Armadas, mas

também dos militares em geral. A atividade desta associação profissional de militares tem sido um dos pilares da defesa da Condição Militar.

Depois das mensagens dos convidados o presidente da Direção da AP, Luís Reis, apresentou em primeira mão a nova página desta associação [www.apracas.pt], aproveitando o que de melhor as novas tecnologias podem trazer no sentido de potenciar o trabalho associativo.

Após a tradicional quebra do bolo e brinde, iniciou-se o regresso a Lisboa dado o compromisso da participação de alguns dos dirigentes no programa “Prós e Contras”, da RTP, nessa mesma noite.

Está de parabéns a AP, estão de parabéns as Praças de Portugal, estão de parabéns as Forças Armadas, mas está muito mais de parabéns o país que tem no seu seio profissionais de tão elevado nível e entrega ao serviço do coletivo.

A Direção do jornal “O Sargento” deseja aos camaradas da AP e às respetivas famílias a continuação de longa vida e de muitos sucessos nas lutas que vão travando. ▲

Manifestação de protesto do pessoal das Forças Armadas na Grécia

Da parte do nosso camarada Papakonstantinou Georgious, presidente da Direção da ANEAED, a mais recente associação de militares gregos (na situação de Reforma) membro da EUROMIL, recebemos uma mensagem sobre uma manifestação de militares realizada em Atenas, que passamos a transcrever:

“Caros colegas, mais de 10.000 militares e suas famílias concentraram-se numa mobilização maciça, no passado dia 9 de março, no centro de Atenas para um combativo e simultaneamente assertivo protesto. Muitos oficiais e sargentos na situação de Ativo participaram na manifestação envergando os seus uniformes militares, em respeito pela Mãe Pátria, pelas famílias e pela instituição que servem.

Todos juntos – militares, pessoal no ativo, órfãos de militares, militares reformados, representantes das forças e serviços de segurança, agentes portuários e do serviço de bombeiros: dissemos NÃO às políticas do Memorando e à subordinação.

A transição para a chamada consolidação fiscal, foi na realidade um período de violentos e injustos ajustamentos



económicos, que nos conduziram a um impasse económico e social.

Mais uma vez declaramos bem alto que as instituições de Defesa e Segurança Interna de um país não podem cumprir com eficiência as suas missões tendo ao serviço pessoal obsoleto e decrépito.

Hoje, quando todos concordamos com o falhanço total dos planos do Memorando, o governo grego com uma incompreensível obsessão e pressão maníaca, continua a ganhar tempo e oportunidade para o seu trabalho des-

trutivo.

Para a maioria do povo grego existe uma obrigação e responsabilidade de derrubar completamente esta política vergonhosa, que deprecia a maioria em benefício de uns poucos.

Estamos sensibilizados e encorajados com as mensagens diretas e de militante apoio e solidariedade que recebemos de todos vós. Distribuímos estas informações e mensagens pelos diversos colegas durante a manifestação e passámos igualmente esta informação para sociedade grega através dos

meios de comunicação social. Recebemos mensagens de apoio do presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, de Salvatore Rullo em nome dos colegas italianos da ASSODIPRO, de Miguel López em nome de todas organizações e países que constituem o Fórum Mediterrânico de Associações Militares.

Esta grande manifestação deverá constituir o início de uma escalada na luta. Juntos com o povo grego que sofre e com a força dos seus apoiantes – os nossos colegas europeus – unidos e determinados nós resistiremos, nós clamaremos, nós venceremos.

Devemos isto à nossa Mãe Pátria, a nós próprios, às nossas famílias.

E como é historicamente referido, O PODER ESTÁ NA MAIORIA E A ESPERANÇA ESTÁ NA LUTA.

Para todos vós, o nosso muito obrigado.

Atenas, 12 de março de 2013

Papakonstantinou Georgious

Presidente da ANEAED” ▲

ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Com particular realce para as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” que decorreram durante duas semanas, em quase duas dezenas de localidades do continente e ilhas, contando com a participação de muito mais de um milhar de Sargentos e envolvendo nos trabalhos de preparação e execução mais de uma centena de dirigentes, delegados e associados, sinal de grande implantação, vitalidade e reconhecimento da nossa associação representativa - a ANS –, elencamos abaixo um resumo da atividade associativa que o quadro de descaraterização e desmantelamento das Forças Armadas, que sucessivos governos têm produzido, com particular profundidade no atual executivo, tem exigido de todos nós esforços continuados na defesa da Condição Militar:

10JAN – Cerimónia de Tomada de Posse dos órgãos dirigentes da ADFA. ANS representada por L.Coelho;
25JAN – Reunião das Direções das APM, na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, M.Ramos;
26JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Funchal. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, J.P.Santos;
28JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Fóia. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves;
30JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Estremoz. ANS representada por L.Coelho, J.Fernandes;
30JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Viseu. ANS representada por L.Coelho, J.Fernandes, R.Lopes;
31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Évora. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira;
31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Abrantes. ANS representada por J.P.Silva;
31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Chaves. ANS representada por M.Ramos, A.Martins;
31JAN – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Porto. ANS representada por L.Coelho, J.P.Leitão, J.Pereira, J.Mota, A.S.Silva, A.Nabais, A.Guedes;

01FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Castelo Branco. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira;
02FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” e Assembleia Geral Eleitoral, em Lisboa;
03FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Tavira. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;
04FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Leiria/Monte Real. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira;
05FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Entroncamento. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, L.Bugalhão, M.Pereira, J.P.Silva;
06FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Vila Real/Lamego. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves, J.Pereira;
06FEV – Cerimónia de Tomada de Posse dos órgãos sociais do CSA-Clube do Sargento da Armada. ANS representada por L.Bugalhão, A.Taveira;
07FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Vendas Novas. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, J.Pereira;
07FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Beja. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão, J.Pereira;
09FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Ponta Delgada – S. Miguel. ANS representada por L.Coelho, M.Rocha, C.Simões;
10FEV – Cerimónia comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, na Praia da Vitória – Terceira. ANS representada por L.Coelho;
14FEV – Reunião das Direções das APM, na sede da AP, em Lisboa. Delegação da ANS constituída por L.Coelho, A.Taveira;
15FEV – Reunião com dirigentes do Movimento “Que se Lixe a Troika”. ANS representada por L.Coelho;
19FEV – Debate na Assembleia da República, Sala do Senado, sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. ANS representada por L.Coelho;
22FEV – Cerimónia do 33º aniversário do CSA-Clube do Sargento da Armada, em Lisboa. ANS representada por A.M.Dias, P.Pinto;
23FEV – Cerimónia da Tomada de

Posse dos Órgãos Sociais da ANS, recentemente eleitos. Cerimónia realizada na Casa do Alentejo, em Lisboa;
24FEV – Cerimónias comemorativas do 13º aniversário da AP – Associação de Praças. ANS representada por L.Coelho;
24FEV – Participação no programa “Prós e Contras” da RTP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira, L.Bugalhão, J.Gonçalves, C.Colaço;
27FEV – Reunião na Base do Lumiar, em Lisboa, da Comissão Executiva do Encontro Nacional de Combatentes – Comemorações do 10 de Junho. ANS representada por L.Coelho;
27FEV – Reunião das Direções das APM, na sede da AP, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
28FEV – Cerimónia de Tomada de Posse da Comissão Administrativa da Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira, P.Pinto, A.Martins;
04MAR – Reunião das Direções das APM, na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por M.Ramos, A.Martins;
04, 05MAR – Seminário sobre “Monitorização de Direitos Humanos nas Forças Armadas”, organizado pela OSCE/ODHIR, em Varsóvia, na Polónia. ANS representada por L.Coelho;
06MAR – Encontro de Militares, organizado pelas APM, no Pavilhão de Desportos da Cidade de Almada, no Feijó;
11MAR – Reunião das Direções das APM, na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira, A.Martins;
18MAR – Reunião das Direções das APM, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;
18MAR – Audiência na Assembleia da República, com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Pinto, J.Fernandes;
20MAR – Entrega de “Resolução” e “Concentração de Militares” na residência oficial do primeiro-ministro, em Lisboa, promovidas pelas APM;
21MAR – Sessão pública sobre a Constituição da República Portuguesa, promovida pela Associação Conquistas da Revolução, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;
22MAR – Reunião na Voz do Operário, da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril na Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;
25MAR – Ato Público em Defesa do Arsenal do Alfeite, junto ao portão verde, na Base Naval do

Alfeite, promovido pelo STEFFAs. ANS representada por A.M.Dias;
27MAR – Audiência com a Direção do IASFA, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, J.Pereira;
27MAR – Audiência com General CEMGFA, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira, J.Pereira;
28MAR – Cerimónia de lançamento de um livro de J. Camargo, do movimento “Que se Lixe a Troika”. ANS representada por L.Coelho;
02ABR – Iniciativa de “Boas Vindas à Categoria Militar de Sargento”, na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, promovida conjuntamente pelo CSA e pela ANS. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Taveira, P.Pinto, J.Bernardo, A.Ferreira, L.Bugalhão;
04ABR – Reunião das Direções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Martins;
05ABR – Reunião na Voz do Operário, da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril na Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;
06ABR – Cerimónias do “Dia do Combatente”, promovida pela Liga de Combatentes, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por L.Coelho, M.Pereira;
09ABR – Audiência com a Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, P.Contreiras, A.Taveira;
11, 12, 13ABR – 107º Presidium Meeting da EUROMIL, em Nicósia, Chipre. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos;
15ABR – Audiência com Almiran-

te CEMA, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.Ramos, A.Taveira, P.Pinto;
20ABR – Sessão Solene comemorativa do 39º aniversário do 25 de Abril, pela Assembleia de Freguesia do Laranjeiro. L.Coelho, convidado de honra;
24ABR – Sessão comemorativa do 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, na Junta de Freguesia da Madalena, em Lisboa. L.Coelho convidado para participar na sessão;
24ABR – Comemorações do “25 de Abril” da Zona Oriental de Lisboa, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa;
25ABR – Desfile comemorativo do 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Na altura do fecho desta edição do jornal “O Sargento” estão em preparação diversas iniciativas relacionadas com as comemorações do 25 de Abril, reuniões entre as Direções das associações profissionais de militares, o Presidium da Primavera da EUROMIL, no Chipre, entre outras atividades de caráter eminentemente associativo, como sendo Comissões Permanentes dos vários Ramos, Reuniões de Órgãos Sociais da ANS, etc. Estamos ainda a aguardar e a agendar as audiências requeridas a diversas entidades políticas e militares na sequência da tomada de posse dos Órgãos Sociais da ANS recentemente eleitos. Do desenvolvimento destas matérias daremos conta na próxima edição de o jornal “O Sargento”. ▲

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do Art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 – 2.º, em Lisboa, no dia **29 de abril de 2013**, pelas 18.00 horas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2012
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2013

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do Art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 16 de abril de 2013

O presidente da Assembleia Geral
José Paulo Gonçalves Leitão



Utilização do sistema a débito direto

A ANS vive exclusivamente das contribuições dos seus associados. Rejeitamos qualquer outro tipo de receita, que possa contribuir para uma menor independência da nossa Associação.

Isto torna ainda mais importante que os nossos associados paguem efetivamente a sua quotização. Só assim a ANS poderá continuar, fazendo face às despesas de funcionamento da nossa Sede, às despesas decorrentes da publicação do nosso jornal "O Sargento" (gratuito para os associados com a quotização em dia), às despesas decorrentes dos muitos milhares de quilómetros efetuados por todo o País em estreito contacto com os nossos núcleos, aluguer de salas para eventos associativos, telefones, Internet, etc.

DOIS PROBLEMAS - O sis-



tema de pagamento da quotização "antigo" era por transferência bancária normal. Este sistema, para além de dificultar a verificação do pagamento de quotas à ANS, é também cobrado pelo banco ao associado a um valor absurdamente elevado, chegando ao cúmulo, na instituição bancária mais utilizada pela Marinha, de cada transferência bancária para a ANS (semestral ou anual) ter um custo para o associado superior ao valor da quota.

A ANS aderiu, como entidade

cobradora, ao sistema de Débito Direto, tendo lançado uma campanha de adesão ao mesmo que embora tendo sido bem sucedida, ainda não atingiu o seu objetivo na totalidade.

A SOLUÇÃO - Porquê então o Débito Direto? Porque só tem vantagens. Vejamos:

1- É Gratuito para o associado e dispensa idas ao banco.

2- Permite a qualquer momento uma verificação numa caixa multibanco.

3- Tem um limite máximo por pagamento definível pelo associado.

4- Poupa à ANS dezenas de horas de trabalho gastas em gestão de quotas.

5- Se o associado mudar de instituição bancária todas as autorizações de débito direto da conta bancária anterior podem ser pas-

sadas para a nova conta.

[Bases legais e regulamentares: AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2002, publicado na I.ª Série-B do Diário da República n.º 61, de 13 de Março de 2002; AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2005, publicado na I.ª Série-B do Diário da República n.º 120, de 24 de Junho de 2005; INSTRUÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 125/96 (SICOI - Sistema de Compensação Interbancária)]

O QUE FAZER?

Caso não saiba exatamente qual é o sistema que utiliza para pagamento das quotas da ANS é simples: contacte os nossos serviços administrativos em horário de expediente, se tiver o número de sócio por perto é mais rápido. Ou mande um email ou carta. Tere-

mos muito gosto em prestar essa informação.

Para aderir ao débito direto no pagamento da quota da ANS é muito fácil:

- Entre na nossa página de Internet e faça o "download" da ficha de inscrição/alteração. Imprima, preencha e faça-nos chegar por correio, fax ou email.

- Contacte-nos por telefone, carta ou email e peça o envio de uma ficha de inscrição/alteração para a sua morada. Receberá a mesma e um envelope RSF que permitirá a devolução da sua ficha sem custos.

- Venha à nossa Sede pessoalmente (traga o NIB e os dados da conta bancária). Se ainda não conhece a sede dos Sargentos de Portugal é uma excelente oportunidade. ▲

Novos Protocolos ANS

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
T. 218038023 F. 218121759 eusilpharma@gmail.com

Desconto de 15% nos medicamentos compartilhados de valor inferior a 50 euros, para associados e familiares

Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.

(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no protocolo da diabetes.

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, r/c Dt Loja
2665-258 Malveira
www.idealopticalmalveira.com
Tel./Fx: 219 660 377
Tm: 968 634 959

E-mail: idealopticalmalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos de sol e lentes de contacto.

Consultas:
- Optometria grátis (mediante marcação);
- Contactologia grátis (oferta 1.º par);
- Rastreamentos auditivos grátis (mediante marcação);
- Medição da Tensão Ocular
Facilidades de pagamento sem juros.

Cruz Vermelha Portuguesa

Serão destinatários deste protocolo todos os associados da ANS com alargamento ao seu agregado familiar.

Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão ser acor-

dadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário.

SERVIÇOS A PROTOCOLAR:

Serviço de Teleassistência da CVP:

a) Proporcionar uma resposta imediata em situações de segurança, urgência/emergência ou derivadas destas, bem como o apoio na solidão, a todos aqueles que aderirem ao seu serviço.

b) Garantir um serviço telefónico de apoio inovador, no sentido da melhoria da qualidade de vida, saúde, segurança e auto-estima dos utilizadores;

c) Proporcionar às pessoas em situação de dependência a manutenção da sua autonomia num quadro de normalidade, permanecendo no seu domicílio e desfrutando da mais-valia da integração numa comunidade local;

d) Evitar ou retardar a necessidade de recurso à institucionalização de pessoas em situação de dependência;

e) Sistema de Aquisição.

l) Período de fidelização - Contrato de adesão, por um período mínimo de 12 meses, automaticamente renovado por igual período, se não for denunciado por carta registada, até 30 dias antes do seu termo, salvo situações devidamente justificáveis.

Outros Serviços complementares

1 - Poderão os potenciais aderentes, incluir os SERVIÇOS de SAÚDE através do Serviço de Teleassistência com um custo mensal, acrescido às mensalidades Teleassistência. Os Serviços de Saúde têm como benefícios:

- Aconselhamento médico telefónico e assistência médica de urgência, disponível 24 horas por dia, gratuito e extensível ao agregado familiar;

- Transporte gratuito em situações de

emergência e/ou após alta médica, desde que com indicação médica. Esta vantagem também é extensível ao agregado familiar;

- Enfermagem ao domicílio, previamente solicitada e com pagamento de taxas moderadoras de acordo com a tabela fornecida e com um desconto por cada tipo de serviço solicitado;

- Levantamento de medicamentos prescritos pelo médico dos serviços de Saúde da CVP que se deslocam ao domicílio com um custo de €5 mais os medicamentos (apenas em casos em que o utente não possa fazê-lo).

2 - Fica também abrangido ao abrigo deste protocolo o serviço de Transporte de Doentes, do qual poderão beneficiar os associados da ANS e seus familiares, sendo para tal aplicada a tabela de preços.

3 - Acesso privilegiado à Residência de Elvas da CVP, beneficiando os associados da ANS e seus familiares, de um desconto de 10% sobre os preços de tabela.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA
TEL. 217993624 - FAX. 217932630
Tabela de descontos para associados e familiares:

Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.

Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos

Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria) 20% desconto.

Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratuito (quando adquiridas no estabelecimento).

Dentinhos e Dentes Medicina Dentária, Lda

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de sócio, a usufruir das seguintes vantagens:

1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [nota: não inclui tratamentos, prescrição ou radiografias];

2- Orçamentos e planos de tratamento gratuitos [nota: não inclui estudos no âmbito das especialidades];

3- Aplicação de fluor ou jato de bicarbonato gratuitos [nota: quando realizado em simultâneo com a destararização];

4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;

5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;

6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;

7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas [endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia, etc...];

8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Implantologia e Prótese];

9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pagamentos às prestações com 0% juros e sem outras taxas escondidas].

Consultórios:

a) Clínica de Barcouço:

Rua do Valsilgo, n.º 2 r/c A Barcouço
3050-083 Mealhada
Tel.: 239 913 169 TM: 969 508 327
E-mail: barcouco@dentinhos.pt

b) Clínica de Cadima:

Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 r/c Cadima 3060-094 Cantanhede
Tel.: 231 422 028
TM: 969 508 326
E-mail: cadima@dentinhos. ▲

Protocolos

Águas do Gerês - Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253 391113/253 390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis Escapes

■ ENTOESCAPES, LDA
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■ GRACIAUTO
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Pneus

■ Sulpneus
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Videoclube

■ CINETKA.COM
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■ HALIOTIS
Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■ LUBIDENTE
Rua Professor Noronha Feio, 12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■ José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro,
Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■ Mestre Francisco Pereira
Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.
Em Lisboa, junto à saída do Metro em São Sebastião
TM - 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neuropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
T. 218124226 quinti-

noaires@quintinoaires.pt
Rua Formosa 253-3º D
4000-258 PORTO T. 222016312
porto@quintinoaires.pt
Desconto de 50% nos preços tabelados para associados e familiares.

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ QUERER SORRIR
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Valle dos Reis

Residências Sénior Assistidas
www.valledosreis.com
Av. António dos Santos, n.º36
2000-074 SANTARÉM
T. 243377803 F.243377804
valledosreis@enfis.pt
Desconto de 5% na joia e men-

salidade para associados e conjugue.

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306,
1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
T. 210995590 F.211918699
geral@emaratravel.pt
Desconto de 5% a 8% em vários Operadores Turísticos. Desconto de 8 a 10% na programação própria. Desconto de 6 a 8% em Rentacar. Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS

Tel.:21 815 4966
Fax: 21 815 4958 ▲

ENCONTRO DE MILITARES EM ALMADA

As 3 APM unidas contra a desarticulação das FFAA e a degradação da Condição Militar

Realizou-se, no passado dia 6 de março, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos de Almada, no Feijó, o Encontro de Militares. Convocado formalmente através de Comunicação Conjunta das Direções das ANS, AOFA e AP, de 28FEV13, o evento visou levar a debate a conjuntura que a Família Militar atravessa e que penaliza duplamente os cidadãos em uniforme. Uma conjuntura agravada desde a Grande Manifestação de Militares do ano passado, em 10NOV12, com as medidas recentemente anunciadas de cortes de 218 milhões de euros e de cerca de 8 mil profissionais.

No cartaz de promoção do evento, os dois temas estruturantes a debater sintetizavam-se em duas grandes áreas, a saber, DEGRADAÇÃO DA CONDIÇÃO MILITAR e DESARTICULAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, que foram distribuídas por dois universos, distintos mas complementares, concretizadas e relacionadas com os problemas reais dos militares e suas famílias:

- Reserva e Reforma, entre as 15.00 e as 17.30 horas, com moderação do COR Vasco Lourenço; e,
 - Ativo, a partir das 18.00 até às 21.00 horas, com os trabalhos a serem moderados pelo GEN Oliveira Simões.
- Distribuídos pelos dois períodos, cerca de dois milhares de militares de todos os ramos e todas as situações assistiram e participaram debatendo os seguintes temas:
- Saúde, ADM, IASFA e Hospital das Forças Armadas (Lima Coelho - ANS);
 - Sistema Remuneratório e condições de passagem à Reserva e à Reforma (Manuel Cracel - AOFA); e,
 - Dupla penalização nas Pensões e no Complemento de Pensão; Fundo de Pensões dos Militares (Luís Reis - AP).



Na mesa, em ambos os períodos, estiveram as Direções das 3 APM (SCH Lima Coelho e SAJ Mário Ramos pela ANS, COR Manuel Cracel e CTEN Rodrigues Marques pela AOFA e CAB Luís Reis e CAB Carlos Nicolau pela AP). Após as intervenções dos presidentes foi dada a palavra aos camaradas presentes, o que resultou em mais de duas dezenas de intervenções fortes na luta contra o desmantelamento das FFAA, pela dignificação das condições sociais dos Militares e das suas famílias, bem como pela afirmação inequívoca pela Soberania Nacional face às malfeitorias das duas troikas, a estrangeira e a nacional. Foram assim ouvidas frases contundentes. Alguns exemplos:

- SMOR Álvaro Martins – REF: ‘Este

é o maior encontro de pessoal na Reserva e Reforma alguma vez feito!’ e ‘Solidariedade obrigatória é roubo!’;

- SAJ Policarpo Laranjeira – REF: ‘Os Chefes abdicaram da honra de ser militares para terem a vã glória de ser políticos!’;

- COR Vasco Vilas Boas – REF: ‘Tivemos a brigada do reumático; agora temos a brigada do Alzheimer!’;

- CMG Sequeira Alves – RES: ‘O Governo está a humilhar os militares. O IASFA foi criado por nós, e depois foi-nos tirado.’;

- CTEN Paulo Martins – RES: ‘Quanto vale o produto do trabalho desempenhado pelos militares das FFAA?’;

- SMOR David Pereira – RES: ‘Cada homem-hora militar vale menos de

€ 3,00!’;

- SAJ José Pereira: ‘Continuamos a ter de defender a fábrica! A fábrica está de rastos!’;

- CAB Paulo Amaral: ‘Dizem eles: ‘temos de honrar os compromissos com a troika’. Então, e os compromissos que assumiram connosco?! Não podemos ficar impávidos e serenos a ver a indignidade humana a que o nosso povo está a chegar, povo que nós jurámos defender. Sr. Sec. Estado diga ao MDN: cumpra a Lei 3/2001!’;

- CTEN Rodrigues Marques: ‘Os militares não estão proibidos de falar e devem fazê-lo. A violência das nossas palavras não se equiva- le à violência das medidas que têm sido tomadas. Fazer o que a troika manda é traição!’;

- SMOR Álvaro Martins – REF: ‘Como pode uma sondagem feita com apenas 1.141 inquiridos ser representativa da população portuguesa? A pergunta ‘Queres cortes na saúde ou da defesa?’ é capciosa. Ela não surgiu por acaso: foi com o objetivo de nos desmotivar.’.

Foi neste ambiente de forte mobilização para a luta pela família militar e pelas FFAA que o Encontro decorreu, pelo que foi com naturalidade que o coletivo presente aprovou por unanimidade e aclamação uma Resolução a entregar ao primeiro-ministro por uma Delegação das 3 APM, o que viria a acontecer em 20MAR13 sob o apoio de centenas de militares em frente à residência oficial do chefe do Governo de Portugal.

Pela união entre o movimento associativo militar, pela cobertura mediática de que foi alvo, pelos caminhos que abriu para o trabalho futuro, pode dizer-se que este Encontro de Militares foi uma iniciativa coroada de êxito.

Luís Bugalhão ▲

COMEMORAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL

Região Oriental de Lisboa - Largo Paiva Couceiro

Dia 24 de Abril a partir das 20,00 horas

